

ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADE DE (RE)HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO

Clesar Luiz Loch¹
Luciana Martins Amorim²
Luciane Lehmkuhl Schmidt³

Resumo

Este ensaio teórico busca suscitar algumas reflexões acerca do trabalho compreendido como elemento constitutivo do homem, porém, condicionado pela formação societal onde se insere. O trabalho pode ser concebido como fonte de criação, transformação e emancipação humana, como pode também assumir seus aspectos mais negativos, aqueles relacionados a *tripalium*. No modo de produção capitalista, onde o trabalho é concebido essencialmente como mero fator de produção, emergem suas conotações negativas. Por outro lado, princípios de modelos alternativos como o da economia solidária, de igualdade, de autonomia, por exemplo, podem representar um resgate da humanização do trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo. Economia solidária. Trabalho.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao estudar o mundo do trabalho, observa-se que este pode trazer conotações positivas como seu caráter transformador e emancipatório, como pode trazer o seu oposto: alienação, tortura, sofrimento. O modo de produção de determinada sociedade condiciona estas conotações e neste particular, o modo de produção capitalista tem levado o trabalho a assumir seus aspectos mais negativos. Entretanto, modelos alternativos como a economia solidária, podem fazer um resgate do seu aspecto mais positivo.

¹ Mestre em Administração – CPGA/UFSC, Especialista em Gestão de Recursos Humanos – UFSC, Especialista em Gestão Empresarial – MBA – FGV/RJ. Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço: Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 93 – C, apto. 302, Pantanal, Florianópolis, SC, CEP 88040-000. E-mail: clesarloch@yahoo.com.br.

² Mestre em Administração – CPGA / UFSC, Especialista em Gestão de Pessoas – UFSC. Professora do Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES – Blumenau – SC. Instituto Blumenauense de Ensino Superior. Endereço: Rua Gaspar Dutra, 418, Estreito, Florianópolis, SC, CEP 88075-100. E-mail: luciana@devvay.com.br.

³ Mestre em Administração - CPGA/UFSC, Especialista em Gestão de Pessoas – UFSC, Especialista em Gestão Empresarial – UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço: Rua Julio Dias, 605, apto 303, Coqueiros, Florianópolis, SC, CEP 88080-060. E-mail: lucianeth@uol.com.br. Artigo recebido em: 09/03/2006. Aceito em: 29/05/2006. Membro do Corpo Editorial Científico responsável pelo processo editorial: Prof. João Nilo Linhares

Compreender o que é trabalho, seus diversos significados, sua historicidade, sua inserção em diferentes modos de produção se faz necessário para que se possa compreender melhor a sociedade em que vivemos. O objetivo deste ensaio é, então, suscitar algumas reflexões acerca do trabalho compreendido como elemento constitutivo do ser humano, porém, fortemente condicionado pelo modo de produção vigente em determinada sociedade.

Neste sentido, este trabalho se estrutura da seguinte forma: inicialmente buscase compreender o trabalho em sua dimensão mais ampla, seus diversos significados e sua historicidade. Segue-se com a discussão desta categoria inserida no modo de produção capitalista, onde o trabalho encontra seu sentido mais negativo. Discute-se por fim, o ideário da economia solidária, cujos princípios remetem à possibilidade do trabalho relacionar-se a seus aspectos mais positivos, ou seja, a possibilidade de um resgate da humanização do trabalho.

2 O TRABALHO: ALGUMAS CONCEPÇÕES

O trabalho tem figurado como ocupação básica da humanidade há milênios e tem sido objeto de estudo de diversas áreas como a economia, psicologia, sociologia entre outras.

A sociologia clássica tem no trabalho o fato fundamental constitutivo da sociedade moderna. Nesta abordagem, procura-se através da categoria trabalho, compreender a estrutura da sociedade e as relações sociais decorrentes desta centralidade.

Na concepção de Offe (1989), o modelo de uma sociedade preocupada com o trabalho, movida por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, constitui o ponto focal das contribuições teóricas de Marx, Weber e Durkheim. Entretanto, o mesmo autor questiona a centralidade desta categoria, haja vista as tentativas de compreender a realidade social através de estudos sociais e esferas de atividades que se situam nas margens, ou ainda fora do domínio do trabalho como a família, papéis sexuais, saúde, interação entre a administração pública e sua clientela, vida cotidiana entre outros.

Entretanto, o trabalho continua se fazendo um elemento indispensável e constituinte do homem. Nas palavras do Grupo Krisis (2003, p. 16), em nossa sociedade, um ser humano sem trabalho não é um ser humano. O princípio “quem não trabalha não come”, está mais presente que nunca. “A sociedade nunca foi tanto sociedade do trabalho como nesta época em que o trabalho se faz supérfluo”.

Pode-se pensar então, na centralidade do trabalho nos seguintes termos: em uma sociedade em que o trabalho como meio de sobrevivência se faz ausente para um grande contingente de desempregados, é que ele se torna um elemento tão presente. É a presença pela ausência.

É neste contexto que compreender a historicidade do trabalho, seus significados, torna-se essencial para que se possa melhor entender a sociedade em que estamos inseridos.

Buscando as origens e significados da palavra trabalho, Krawulski (1991, p. 8), encontra no grego, *ergon* significando ação, obra, coisa feita pelo exercício da ação, *ponos* significando fadiga, pena, trabalho fatigante e *argein* significando lazer, sem nada para fazer. “Tem-se então, uma palavra para fabricação, outra para esforço e uma terceira traduzindo o ócio, em oposição a trabalho”.

No latim clássico, a autora encontra *laborare* com significado de laborar, trabalhar, executar, mas também sofrer, padecer, estar doente, fatigar-se, sucumbir. Já *operare*, corresponde a *opus* referindo-se a obra, trabalho, mas também a conotação de penas e riscos.

Albornoz (2002) encontra, no francês, diferença entre *travailler* e *ouvrer* ou *oeuvrer* além de *tâche*, tarefa; assim como encontra as palavras *laborare* e *operare* em italiano; e no espanhol, *trabajar* e *obrar*. Para a autora, há grande diferença no inglês entre *labour* e *work*, bem como no alemão entre *arbeit* e *werk*. Tanto *work* quanto *werk* conotam a ativa criação da obra, enquanto *labour* e *arbeit* se aproximam mais dos conteúdos de esforço e cansaço.

Em português, a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, no qual os agricultores batiam os cereais para processá-los. Entretanto, a maioria dos dicionários registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura. “A *tripalium* se liga o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar” (ALBORNOZ, 2002, p. 10).

Observa-se assim, que a palavra trabalho remete a vários significados, que levam à idéia de atividade criadora, transformadora, mas que também remetem a um significado de dor, sofrimento, tortura.

Diversos autores, ao abordar o tema, enfatizam o fato de que também os animais, a seu modo, realizam trabalho. Entretanto, o trabalho animal é puramente instintivo, enquanto que o trabalho humano é consciente e proposital.

Segundo Marx (1983, p. 149),

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio deste movimento, sobre a Natureza externa a ele e a modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

A concepção marxista do trabalho é de que este pertence exclusivamente ao homem, haja vista seu caráter de intencionalidade.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente (MARX, 1983, p. 149).

Segundo Antunes (2000), a história da realização do ser social, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho, que por sua vez desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. O ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho.

Oliveira (2003, p. 6), entende que a história do trabalho se inicia quando o homem busca os meios de satisfazer suas necessidades de produção da vida material. Essa busca se reproduz historicamente, para que se garanta a sua sobrevivência. A satisfação vai sendo atingida, as necessidades ampliam-se a outros homens, contribuindo para a criação das relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho. Desta forma “o trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção”.

Nesta concepção, de modo de produção, verifica-se na literatura especializada que em sua historicidade, o trabalho se desenvolveu nas sociedades primitivas como uma forma de subsistência através da caça, pesca e uma forma rudimentar de agricultura. Passou por um período escravagista nas sociedades gregas e romanas, por um trabalho servil durante o feudalismo na idade média e assume sua condição de trabalho assalariado a partir da Revolução Industrial.

“Escravidão, feudalismo e capitalismo são formas sociais em que se tecem as relações que dominam o processo de trabalho. [...] O processo é compreendido, portanto, pela forma como os homens produzem os meios materiais, a riqueza” (OLIVEIRA, 2003, p. 6).

Portanto, o trabalho visto hoje, principalmente como fator de produção, é uma construção histórica do homem, que lhe confere características particulares.

3 CAPITALISMO, TRABALHO E ALIENAÇÃO

Com a Revolução Industrial, profundas mudanças ocorrem no mundo do trabalho. A base da sociedade rural que perdurou basicamente até o século XIX, era a

produção agrícola e a propriedade da terra. Já na sociedade industrial que veio em seguida, o centro passou a ser a produção de bens e o poder se transferiu dos donos da terra para os donos das fábricas.

Para Teixeira (2002, p. 13), “foi no século XIX que se deu a verdadeira transformação social que tornou o modo de produção capitalista dominante em escala planetária”. Segundo o autor, a Revolução Industrial Inglesa começou nas últimas décadas do século XVIII sendo difícil apontar uma data para o seu início. Aponta simbolicamente os anos de 1765, quando Hargreaves inventou um tear que trabalhava com 16 fios de algodão simultaneamente; 1771, quando a primeira fábrica têxtil começou a operar na Inglaterra e 1784, quando Watt aperfeiçoou a máquina a vapor. Assim, na concepção do autor, no período pré-capitalista ou mesmo ainda nos seus primórdios, a base técnica ainda era artesanal e manufatureira, sendo baseada, portanto, nas qualificações e habilidades dos trabalhadores. Estes, por sua vez, determinavam a natureza, a velocidade, a intensidade e a quantidade dos bens produzidos e com isso tinham maior poder de barganha frente ao capital. Já a maquinaria revolucionou de forma radical o modo de produção.

A utilização em larga escala das máquinas, ademais, rompe a unidade técnica entre o trabalhador e sua ferramenta, inaugurando processos de desqualificação do trabalhador e de desvalorização do trabalho que passa a ser marca indelével dos novos processos produtivos (TEIXEIRA, 2002, p. 17).

Na visão de Kumar (apud OFFE, 1989, p. 6), “a Revolução Industrial solapou metodicamente o antigo sistema no qual o trabalho, a família e o lazer constituíam partes de um mesmo conjunto, representado como um todo indiferenciado”. É nesta concepção que Offe (1989), compreende que este processo de diferenciação e purificação (o trabalho separado de outras atividades e esferas sociais) tornou possível personificar o trabalho na categoria social do trabalhador, o que significou a separação entre a esfera doméstica e a esfera da produção, a divisão entre a propriedade privada e trabalho assalariado.

No modo de produção capitalista, a produtividade passa a assumir grande importância e as mudanças que se processam no mundo do trabalho vão exigir um novo padrão de comportamento que atenda então às necessidades do capital. Em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber (2003), observa que o protestantismo possui uma especial tendência para desenvolver o racionalismo econômico através de uma conduta de “dever” que atende às necessidades do capital onde acima de tudo, o trabalho veio a ser considerado em si, a própria finalidade da vida. A ênfase da significação ascética de uma vocação fixa veio fornecer a justificativa ética para a moderna divisão do trabalho em especialidades, como também a interpretação providencial da obtenção de lucro justificou as atividades dos homens de negócios.

É assim que, para o autor, a forte tendência para a uniformidade da vida ajuda imensamente o interesse capitalista na padronização da produção. Em suas palavras

A avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular como o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e evidente prova de redenção e de genuína fé deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo (WEBER, 2003, p. 128).

Entretanto, o trabalho submetido às condições do modo de produção capitalista é degradado. O trabalho torna-se meio de subsistência e a força de trabalho em mercadoria. São diversos os autores a apontar os aspectos negativos decorrentes do trabalho inserido no capitalismo.

Como grande crítico do modelo societal capitalista, Marx (2002, p. 111) argumenta que

O trabalho torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. [...] O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e juntamente na mesma proporção com que produz bens. Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho.

Assim, para Marx (2002, p. 114), a realização do trabalho, no capitalismo, aparece como desrealização do trabalhador, a objetivação do trabalho como perda e servidão do objeto e a apropriação do objeto como alienação. Ainda para o autor, o trabalho alienado

[...] é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica, portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades.

Na concepção de Lafargue (2003, p. 20), o obsessivo culto ao trabalho é característica da sociedade capitalista e este – o trabalho - é a causa de toda a degeneração intelectual e deformação orgânica. Para o autor,

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como conseqüências misérias individuais e sociais que há séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua prole até o esgotamento.

Completa ainda o autor “A nossa época é, dizem, o século do trabalho; na verdade, é o século da dor, da miséria e da corrupção” (LAFARGUE, 2003, p. 29).

Para o Grupo Krisis (2003), enquanto houver homem, haverá trabalho, entretanto, o que não é normal, é que a atividade humana em si, o puro dispêndio de força de trabalho, sem levar em consideração qualquer conteúdo e independentemente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torna-se um princípio abstrato que passa a dominar as relações sociais.

Para os autores, a produção de riqueza na sociedade capitalista, desvincula-se cada vez mais do uso da força de trabalho humano, entretanto, quem não consegue vender sua força de trabalho é considerado supérfluo e torna-se marginalizado. Ainda para os autores, o atual sistema produtor de mercadorias criou uma esfera particular – o trabalho, dissociado de todas as outras relações e abstraída de qualquer conteúdo.

Tanto do ponto de vista do trabalho quanto do capital, pouco importa o conteúdo qualitativo da produção. O que interessa é apenas a possibilidade de vender de forma otimizada a força de trabalho. [...] O que, para que e com que conseqüências se produz, no fundo não interessa, nem ao vendedor da mercadoria força de trabalho, nem ao comprador (GRUPO KRISIS, 2003, p. 38).

As críticas ao trabalho, ou à sociedade do trabalho, tanto de Lafargue (2003), quanto do Grupo Krisis (2003), são no sentido de que se estabeleça apenas o trabalho necessário e útil à vida e não o sobretalho para produção de mercadorias imposto pelo capitalismo. Defendem uma cultura do ócio em oposição ao trabalho, que resgate outras dimensões da esfera humana.

Seguindo os mesmos princípios, Antunes (2002), referindo-se ao trabalho no capitalismo contemporâneo, da organização flexível na qual o capital está voltado à apropriação da subjetividade do trabalhador, entende que o trabalho encontra-se estranhado em relação ao que se produz e para quem se produz. Também o saber operário expropriado no fordismo e transferido para a gerência científica, no toyotismo, nova fase do capital, é retransferido para o trabalhador. Entretanto, o capital o faz,

visando apropriar-se da dimensão intelectual do trabalhador, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais intensamente a subjetividade operária vista agora como fonte de idéias.

A lógica instrumental, valorativa e própria do modo de produção capitalista torna o trabalho desprovido de sua característica de humanidade. Neste sistema, o valor de uso das coisas encontra-se subordinado ao valor de troca. Este aspecto de subordinação que parece cada vez mais determinante na sociedade capitalista confere ao trabalho esta interpretação de mero fator de produção, de trabalho assalariado com apelo de dever e simples forma de ganhar dinheiro. Conseqüentemente, o trabalho assume mais facilmente suas conotações relativas ao *tripalium* em oposição ao seu caráter criativo, transformador e libertário, fonte de auto-realização humana.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADE DE HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO

Procurou-se evidenciar até o momento, como o trabalho, elemento próprio da atividade humana, com concepções de fonte de vida e emancipação, com significados de transformação, criação, realização, encontrou dentro do sistema capitalista o seu oposto: sofrimento, miséria humana, alienação.

Busca-se a seguir, evidenciar pensamentos e formas alternativas a esse modo de organização do trabalho, a esse modelo de produção e de sociedade.

Desde seu surgimento, o capitalismo vem provocando reações diversas a seus princípios e suas conseqüências.

Saint-Simon (1760 – 1825), Owen (1771– 1858), Fourier (1772 – 1837), são autores que vêm por em xeque a virulência industrial do capitalismo já em sua fase inicial, questionando as desigualdades que a nova ordem impõe à sociedade. São considerados socialistas utópicos por estarem baseados em princípios morais e não em uma realidade material. Entretanto, suas idéias ainda hoje influenciam autores que fazem a crítica ao sistema produtor de mercadorias.

Saint-Simon (2002 a), concebe a idéia de um mundo governado pela ciência, através de uma associação coletiva, um “Conselho de Newtonianos”. Para o autor, a ciência desenvolveria a sociedade, geraria o progresso.

Saint-Simon (2002 b), também propõe a supressão dos ociosos. Para o autor, os homens que se distinguem nos trabalhos de utilidade (artesãos, artistas, sábios) são a cabeça da nação, ao passo que a realeza e todo o aparato estatal se configura numa classe de ociosos a ser suprimida a fim de que a nação pudesse progredir. Para o autor, a supremacia da realeza sobre os trabalhadores úteis deixa evidente que

A organização social está pouco aperfeiçoada; que os homens ainda se deixam explorar pela violência e pela fraude; e que a espécie hu-

mana, politicamente falando, ainda está mergulhada na imoralidade; pois os sábios, os artistas e os artesãos, que são os únicos homens cujas atividades são de utilidade positiva para a sociedade, e que não custam quase nada, são subalternizados pelos príncipes e por outros governantes, que não passam de indivíduos rotineiros mais ou menos incapazes (SAINT-SIMON, 2002 b, p. 60).

Fourier (2002), não preconiza tanto a ciência a exemplo de Saint-Simon, mas enfatiza as vantagens do desenvolvimento do trabalho coletivo. Um trabalho industrial baseado no princípio da atração passional, onde o trabalho seria desenvolvido com prazer, emoção e liberdade individual. Na concepção do autor, existe o estado civilizado, onde reina a mentira, a indústria repugnante, o trabalho enfadonho, e o estado societário, que é baseado no uso da verdade e da indústria atraente. A sociedade não pode se desenvolver sem que haja uma repartição proporcional da riqueza produzida e a participação da classe pobre no crescimento da riqueza e sem que haja um equilíbrio populacional.

Para o autor, o verdadeiro estado societário consiste em associar as paixões, caráter, gostos, instintos, desenvolvendo cada indivíduo sem melindrar o grupo, fazer brotar desde a mais tenra idade as vocações industriais que são numerosas na infância, colocar cada um nos diferentes postos para os quais a natureza os convoca, variar freqüentemente os trabalhos e garantir-lhes encanto suficiente para fazer nascer a atração industrial. Nas palavras do autor

Nosso século pretende distinguir-se pelo espírito de associação; mas como pode fazer isso, se na agricultura se adota a distribuição por famílias, que é a menor combinação possível? Não se pode imaginar reuniões menores, mais antieconômicas e mais anti-societárias que a de nossas aldeias [...] essas aldeias chegam a construir trezentos celeiros e trezentas adegas, mal planejadas e mal localizadas, quando bastaria, em associação, um único celeiro e uma única adega, bem localizada, bem equipada e ocupando apenas a décima parte das pessoas que a propriedade fragmentada ou o regime familiar exigem (FOURIER, 2002, p. 72).

O autor concebe a idéia de um mundo novo, baseado no associativismo que traria vantagens econômicas, sociais e ecológicas.

Para Owen (2002, p. 103), a sociedade se desenvolveria harmonicamente por meio de um sistema racional. O autor concebe o homem como “uma organização composta de diversas faculdades corporais e intelectuais, experimentando necessidades ou inclinações físicas e morais, sensações, sentimentos e convicção”. Entretanto, o autor entende que estes diferentes instintos naturais não agem harmonicamente levando o homem a uma luta diária entre motivações contrárias que afetam sua saúde

e felicidade. Entende ainda que, através da educação, o homem poderia atingir um estado de harmonia que é a base do sistema racional.

Owen (2002, p. 129), também entende o associativismo como uma forma de desenvolvimento social. Em suas palavras

Torna-se cada vez mais evidente que é muito mais fácil produzir e distribuir riquezas abundantes e bem educar e governar a população pela união dos homens, habituados a cooperar e ajudar-se mutuamente em um único interesse definido e bem compreendido que pela divisão e oposição de interesses.

O pensamento destes autores evidencia que temas emergentes relacionados à formas alternativas ao modo de produção capitalista são recorrentes. As desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo continuam evocando na atualidade uma grande crítica a este modelo hegemônico, de modo que os debates envolvendo a economia solidária são cada vez mais crescentes.

Singer (2002) argumenta que a economia solidária aparece com os operários, no início do capitalismo industrial, em resposta à pobreza e ao desemprego causado pela disseminação da maquinaria no início do século XIX. Os trabalhadores se organizando através de cooperativas tentavam recuperar o trabalho e a autonomia econômica com princípios básicos de igualdade e democracia que, segundo o autor, sintetizavam a ideologia do socialismo.

O autor, ao estabelecer a diferença entre a organização capitalista e a organização solidária diz que a primeira pertence aos investidores, àqueles que fornecem o dinheiro para adquirir os meios de produção, razão pela qual sua única finalidade é lhes proporcionar lucro, como também o poder de mando está concentrado totalmente nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados. Já a organização solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. Na organização solidária o capital da empresa é possuído apenas pelos que nela trabalham.

Trabalho e capital são fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela (SINGER, 2002, p. 83).

Para Singer (2002, p. 84), a finalidade da empresa solidária é maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho e não maximizar lucro. “Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital”. O excedente anual é destinado conforme deliberação dos trabalhadores, e pode ser reinvestido na organização como pode ser destinado a um fundo de educação

ou outros fins sociais, ou eventualmente à divisão entre os sócios por critérios aprovados por eles. Desta forma, o autor entende que na organização solidária, o capital não é remunerado sob qualquer pretexto, portanto, não há lucro, posto que este é tanto econômica quanto juridicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital.

Ainda para Singer (2002, p. 86), a economia solidária se constitui num modo de produção que ao lado do capitalismo, da produção estatal de bens e serviços, entre outros, compõe a formação social capitalista “que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses”. Entretanto, para o autor, mesmo sendo hegemônico, o sistema capitalista não impede o desenvolvimento de outras formas de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si, toda a população economicamente ativa. Assim, o crescimento da economia solidária se dá em função das crises sociais que a competição dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Porém, ela só se viabiliza e se torna uma verdadeira alternativa ao capitalismo quando, nas palavras do autor “a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marx (1983), quando concebe o conceito de trabalho, o situa na esfera humana e lhe atribui um caráter emancipatório. Entretanto, para o autor, esta dimensão humana – o trabalho, inserido no modo de produção capitalista se transforma em mercadoria adquirindo uma conotação de alienação. De fato, observando como ocorre o processo de trabalho no capitalismo, verifica-se como a fragmentação do trabalho levou à perda da autonomia, da criatividade e à alienação do trabalhador que não mais se reconhece através do seu trabalho. O trabalho assume assim, mais facilmente, seus significados negativos, aqueles relacionados a *tripalium*, a sofrimento. E esta fragmentação se reflete na sociedade que se divide em proprietários do capital e trabalhadores assalariados. Se reflete na sociedade que produz riqueza e miséria humana.

A economia solidária surge então como uma alternativa a este modelo de exclusão. Surge como possibilidade de se resgatar valores humanos que levem a uma formação societal mais igualitária. Sem prever patrões e empregados, compradores e vendedores da força de trabalho, mas vendo trabalhadores iguais. A possibilidade de participação do trabalhador no processo de trabalho, a retomada da sua autonomia, aspectos resgatados pelos ideais do cooperativismo, podem tornar o trabalho pleno de sentidos, fonte de criação e de vida, agora se opondo ao estranhamento, à sua forma enfadonha, geradora de sofrimento, pobreza e miséria humana, tão comuns ao modo de produção de mercadorias.

SOLIDARY ECONOMY: POSSIBILITY OF (RE)HUMANIZATION OF WORK

Abstract

This essay aims to raise some reflections about work as a component of the man, however, conditioned from the social formation where it is inserted. Work can be conceived as a source of creation, transformation and human emancipation, but it can also take its negatives aspects, that ones connected with *tripalium*. In the Capitalism, where work is connected essentially with a mere factor of production, appear easily its negatives connotations. By the other hand, principles of alternatives models as the solidary economy, of equality and autonomy, for instance, can get back the work's humanization.

Keywords: capitalism. Solidary economy. Work.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

FOURIER, C. O novo mundo industrial e societário. In: TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Conrad, 2003.

KRAWULSKI, E. **Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelo trabalhador hoje**. 1991. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis, UFSC, 1991.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Claridade, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 10, vol. 4, p. 6-20, jun. 1989.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 2003.

OWEN, R. O livro do novo mundo moral. In: TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAINT-SIMON, H. Um sonho. In: TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

_____. Parábola. In: _____. **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.